

COMANDO NACIONAL DE GREVE

COMUNICADO Nº 46/2024/CNG/ANDES-SN

Brasília (DF), 24 de maio de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e aos Comandos Locais de Greve do ANDES-SN

Assunto: Encaminha nota: “O que nos dizem o(a)s estudantes?”

Companheira(o)s,

Encaminhamos, em anexo, nota do Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN, a qual sistematiza as falas da plenária realizada em frente ao Ministério da Educação (MEC), no dia 22 de maio, após a Marcha da Classe Trabalhadora. O espaço unitário foi criado, prioritariamente, para ouvir o(a)s estudantes que vieram em caravanas, de várias partes do país. Compartilhamos as análises, denúncias, queixas e perspectivas da juventude que tem gritado a plenos pulmões: “O movimento unificou, é estudante junto com trabalhador”.

Seguimos na luta!

EDUCAÇÃO FEDERAL EM GREVE

Comando Nacional de Greve do ANDES-SN

ANEXO AO COMUNICADO Nº 46/2024/CNG/ANDES-SN

O QUE NOS DIZEM O(A)S ESTUDANTES?

A Greve da Educação Federal ganhou as avenidas de Brasília com a Marcha da Educação e a vigília em apoio ao(à)s técnico(a)s administrativo(a)s educacionais (TAEs) em negociação, em 21 de maio, e com Marcha da Classe Trabalhadora, no dia 22 de maio, convocada pelas centrais sindicais do país. Vieram caravanas de várias partes do Brasil, com docentes e técnico(a)s administrativo(a)s, representado(a)s pelo ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE, junto com estudantes de diversas Universidades, Institutos Federais e CEFETs. Com o objetivo de propiciar um espaço de diálogo entre as três categorias e, em especial para que o(a)s estudantes pudessem expressar suas análises, reivindicações e perspectivas em relação ao movimento paredista, o Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN organizou uma plenária com microfone aberto em frente ao Ministério da Educação (MEC).

A abertura foi feita pelo presidente do ANDES-SN e pelo Comando Nacional de Greve (CNG). Gustavo Seferian, pela diretoria, avaliou que a greve obrigou o governo a se movimentar, ampliando o espaço da Educação no orçamento, porém de forma muito insuficiente. Manteve-se o zero de reajuste para 2024 e a proposta feita não repõe as perdas passadas, além de não haver respostas para a maior parte da pauta, que inclui a recomposição do orçamento e o revogação. Para Seferian, as marchas realizadas em Brasília, nos dias 21 e 22, foram uma afirmação de que a Educação Federal merece ser ouvida. As caravanas que percorreram dias na estrada para se fazerem presentes indicaram a importância da mobilização e da greve, assim como de se colocar outro projeto de universidade e de Educação. A professora Amanda Pino, da Universidade Federal do Cariri (UFCA), em nome do CNG, rememorou que participou da greve de 2012 na condição de estudante, apoiando o movimento, e se emocionou ao estar, no momento, coordenando a atividade, representando o movimento sindical docente. Destacou também o caráter pedagógico da greve e a oportunidade, propiciada pela luta, de formação política, aspecto em geral ausente nos espaços estabelecidos do circuito acadêmico. Sistematizaremos aqui alguns aspectos das falas:

“Nossos sonhos não cabem no orçamento”

A reivindicação de mais orçamento para as Universidades, Institutos Federais e CEFETS foi a tônica do(a)s estudantes. O orçamento se liga com a reivindicação de mais verbas para a Assistência Estudantil, de combate à evasão e garantia de permanência, sobretudo de ingressantes por meio de cotas sociais, raciais ou para pessoas com deficiência (PcD). Um dos estudantes disse: “Queremos sair da universidade apenas com nosso diploma na mão, e não antes por falta de condições”. Algumas falas trataram de como o cumprimento do direito à educação, estabelecido na Constituição Federal de 1988, é inviabilizado pela falta de recursos,

levando à falta de intérpretes de libras, pedagogos e estrutura para garantir a inclusão de discentes PcD.

Não faltaram denúncias das condições precárias da infraestrutura nas Instituições Federais de Ensino. Discentes denunciaram a queda de um muro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o desabamento do teto da quadra na Universidade Federal de Pernambuco, em Vitória de Santo Antão, falta de água potável, alagamento com chuvas, demonstrando que a greve é em defesa da universidade, que está ameaçada de paralisação pelo estrangulamento orçamentário. Outro ponto muito presente nas denúncias diz respeito à alimentação, expresso na quantidade de Universidades, Institutos Federais e CEFETs que ainda não têm restaurante universitário/bandejão. Houve também queixas em relação à insuficiência de bolsas.

Esses problemas foram relacionados com os cortes no orçamento das IFEs, que se intensificaram a partir de 2016. Diante do anúncio do governo de criação de mais 100 *campi* de IFs, os discentes afirmaram o anseio de expansão da rede, mas questionam como isso será feito quando nem mesmo os IFs existentes têm recursos suficientes. A luta contra os cortes foi relacionada com a necessidade de revogar o arcabouço fiscal ou medidas equivalentes, questionando-se a destinação de recursos para emendas parlamentares, dívida pública e rede privada de ensino. Foi reconhecido que o Brasil é um país com muitas riquezas produzidas pelo povo trabalhador, e que esses recursos deveriam ser usados em benefício da maioria da população, o que inclui a Educação.

Lutar pelo revogação e contra privatização da educação

O(a)s estudantes mostraram a necessidade de continuar a luta contra a reforma administrativa e pela revogação da reforma trabalhista, previdenciária e o Novo Ensino Médio (NEM). Essas medidas têm grande impacto na vida da juventude hoje, mas também quanto a suas perspectivas futuras como trabalhadore(a)s. A necessidade de articular a defesa da Educação Pública com a luta contra a privatização também esteve presente nas reflexões do(a)s discentes. A delegação do Ceará ainda ressaltou o significado da presença de Camilo Santana no Ministério da Educação. Sua trajetória no estado foi de estímulo à tecnificação do ensino e à visão da Educação como mercadoria. Denunciaram “o sucateamento da universidade e o desmonte do serviço público, oculto por trás de uma bandeira vermelha”.

As pautas locais e a autonomia universitária

A batalha diária pela permanência e condições de estudo, ao mesmo tempo que reforça a luta por orçamento, também se direciona às reitorias e questiona a participação discente nas instâncias de deliberação das instituições de ensino. A realidade das universidades sob

intervenção agrava o afastamento entre a administração central e a comunidade universitária. Reafirmou-se, portanto, a necessidade de a greve conquistar o fim de todas as intervenções. A luta por autonomia também se manifesta na greve, com a defesa da suspensão do calendário, que tem se apresentado também na forma de interferências indevidas do judiciário.

O(a)s estudantes demarcam que a comunidade universitária é composta de quatro segmentos, incluindo o(a)s trabalhadore(a)s terceirizado(a)s. E informam sobre as lutas contra as demissões de trabalhadore(a)s, pois os cortes de orçamento recaem de forma mais veloz e pesada sobre esse(a)s trabalhadore(a)s.

O caráter pedagógico da greve e o direito a ter um futuro

Na plenária, o(a)s estudantes relataram como está sua mobilização e informaram sobre a realização de assembleias, tanto para apoiar professore(a)s e técnico(a)s em greve como para lutar por suas próprias reivindicações. Relataram as dificuldades ainda herdadas da pandemia, com a quebra das tradições organizativas do movimento. Foram avaliados os limites das entidades nacionais estudantis, com notas tímidas nas redes sociais sobre as greves e a ausência de construção do movimento estudantil nas universidades, inclusive na marcha da Educação em Brasília. Apesar disso, anunciaram que as greves estudantis estavam em expansão.

O(a)s discentes também manifestaram a sua solidariedade classista ao(à)s estudantes preso(a)s e espancado(a)s pela polícia militar de São Paulo, do governador Tarcísio (Republicanos) ao lutarem contra a militarização da educação. As greves nas universidades estaduais também foram lembradas, tanto em Minas Gerais, contra o governo privatista e repressor de Zema (Novo), como no Ceará, em que o governador Elmano Freitas (PT) judicializou o movimento, impondo multas aos sindicatos e ao(à)s sindicalistas.

A tragédia no Rio Grande do Sul foi motivo de muitas manifestações de solidariedade, apontada como produto do capitalismo que explora a natureza e das políticas de austeridade. A juventude denunciou o “clima de fim de mundo no ar” e defendeu seu direito a ter um futuro. Para isso, defenderam a luta pelo socialismo.

Houve também a avaliação do governo. Estavam presentes setores que, majoritariamente, ajudaram a eleger Lula, e agora querem que se cumpra a promessa de valorizar a educação e os serviços públicos. “Quero educação como prioridade, como Lula falou. Por isso fiz o L”, disse um estudante. E adicionaram que a greve não enfraquece o governo, mas sim as concessões ao Centrão e à direita, além da ausência de respostas concretas aos problemas concretos. Alguns reafirmaram a necessidade de prosseguir a luta para derrotar o fascismo.

Perspectivas de expansão do movimento e fortalecimento da unidade

As falas do(a)s discentes ofereceram uma injeção de ânimo, declarando que não é momento de recuar e que não arredarão o pé enquanto não se garantir a recomposição do orçamento. Ofertaram sua generosa solidariedade, dizendo que o(a)s professores(a)s podem contar com o(a)s estudantes. Alguns já começaram a projetar que a próxima caravana deve ser ainda maior, defendendo a massificação do movimento para conquistar as reivindicações e novos direitos.

Foi defendido também a constituição e o fortalecimento dos comandos unificados dos quatro segmentos para ampliar a unidade entre os setores em luta. A participação nas marchas da Educação e da Classe Trabalhadora trouxe mais energia ao movimento, o que deve repercutir no retorno a cada estado e nos próximos passos da luta. Mostra-se assim, que não é o governo quem decreta o fim do movimento, e muito menos entidades sem legitimidade, e sim as bases em suas assembleias.

Brasília (DF), 22 de maio de 2024.

Comando Nacional de Greve do ANDES-SN